

RECONCILIAÇÃO DAS IGREJAS: UTOPIA OU ESPERANÇA?

O Concílio Vaticano II abriu a mentalidade dos católicos ao Ecumenismo, se bem que o movimento ecumênico seja bem anterior. Desde os tempos da divisão nunca faltaram cristãos que alertaram e tentaram diversas iniciativas para reencontrar a unidade da Igreja. Limitando-nos aos precedentes mais imediatos do atual movimento ecumênico, vemos nos começos do século XX nascer diversas iniciativas, envolvendo Igrejas nascidas da Reforma protestante e ortodoxas, que terão como resultado a criação do "Conselho Mundial das Igrejas", em 1945, com sede em Genebra. Na Igreja católica romana o Cardeal Mercier e o Padre Couturier são, sem dúvida, os pioneiros mais conhecidos do ecumenismo.

Embora a Igreja não pertença ao Conselho Mundial das Igrejas, numerosos teólogos católicos acompanharam os trabalhos do Movimento de Genebra. Criaram-se várias revistas especializadas na questão ecumênica: Irenikon dos Beneditinos de Chevetogne, na Bélgica, Unitas dos Jesuítas de Roma, Vers l'unité dos dominicanos de Paris. O Secretariado pela Unidade dos cristãos, animado sucessivamente pelos cardeais Bea e Willebrands, promove contatos e estudos com outras comunidades cristãs. Prepara-se assim o impulso decisivo que o Concílio Vaticano II dará ao ecumenismo. Sem nenhuma dúvida caberá à intuição inspirada do saudoso João XXIII o mérito do evento conciliar, em que por primeira vez, depois de muitos séculos, participaram 60 observadores designados oficialmente pelas Igrejas ou alianças de Igrejas cristãs não romanas.

A partir desse momento o ecumenismo não é concebido já pela Igreja católica romana como o "retorno" das outras igrejas cristãs à única Igreja verdadeira, identificada com a Igreja católica romana. Nem, por outro lado, as Igrejas nascidas da Reforma consideram como indispensável que aquela seja "reformada" de acordo com os parâmetros da própria identidade confessional, confundida sem mais com a identidade eclesial. A pluralidade confessional de igrejas separadas é reconhecida como provisória e exige de todas elas uma conversão a uma pluralidade confessional compatível com a unidade eclesial. Esta evolução na maneira de conceber a unidade da Igreja de Jesus Cristo como pluralidade reconciliada é fruto do reconhecimento de que as Igrejas, nas suas formas confessionais separadas, estão marcadas pelo pecado e de que o pecado da divisão pede uma conversão de todas elas, como já o Concílio e numerosos pronunciamentos dos papas posteriores insistentemente afirmam, em uníssono com numerosas vozes nascidas da Reforma. A Igreja santa e pecadora é constantemente santificada por Cristo e carece sempre de conversão.

Fazer memória do evento conciliar e da sua dimensão ecumênica parece-nos urgente neste momento. Porque, se, por um lado, os diálogos doutrinários de grupos teológicos especializados, pacientemente prosseguidos por mais de quarenta anos, em busca de acordos que possibilitem a conversão das Igrejas, deram frutos notáveis, por outro lado, a consciência ecumênica e as esperanças suscitadas pelo Concílio no povo de Deus, aparecem atualmente um tanto adormecidas ou até frustradas. Cresce, em grandes setores das Igrejas, a busca de identidade confessional pelo caminho, oposto ao espírito do Vaticano II, de uma volta ao passado, reafirmando as diferenças que separavam as Igrejas. Isto acontece no momento em que consensos alcançados nas comissões teológicas mistas permitem descobrir que a unidade da Igreja de Jesus Cristo não requer a negação da própria identidade confessional das diversas confissões cristãs, mas o aprofundamento da sua inspiração primigênia, purificada dos elementos nela introduzidos pelo pecado comum da divisão posterior.

Quanto ao progresso realizado nesses grupos de diálogo, basta lembrar aqui as mais recentes declarações comuns, reivindicando um significativo consenso sobre importantes questões doutrinárias que dividem as comunidades cristãs. Elas dizem respeito à soteriologia e à eclesiologia, pontos que estão na origem da divisão: A Declaração Conjunta sobre a Doutrina da Justificação Luterano-Católica, apresentada, em 1997, à apreciação do Vaticano e às Igrejas membros da Federação Luterana Mundial (LWF), e a declaração conjunta da Comissão internacional Anglicano-Católica (ARCIC), O Dom da Autoridade, sobre o ministério episcopal, e sua relação com o ministério da unidade do Bispo de Roma.

A primeira se tornou declaração "oficial" de ambas as Igrejas, na data histórica de 31 de outubro de 1999. Assinada, do lado luterano pelo Presidente, o Secretário geral e os Vice-presidentes da LWF e do lado católico pelos representantes do Vaticano, o Card. Cassidy e o Bispo Kasper, Presidente e Secretário respectivamente do Conselho Pontifício para promoção da Unidade cristã.

A mudança do clima em que se estabelece atualmente o diálogo católico-protestante quis ser significado pelo lugar escolhido para a cerimônia da assinatura da Declaração conjunta: a cidade na qual em 1560 a Confissão de Augsburgo, intentava, sem sucesso, superar o conflito entre reformadores luteranos e Igreja Católica oficial. Naquela época a identidade confessional protestante postulava a adesão de toda a Igreja à identidade enunciada nas confissões de fé da Reforma. Do lado católico, a afirmação da identidade eclesial exigia a conversão dos protestantes à identidade confessional católica. Por mais que a teologia católica recusasse a ver no catolicismo uma confissão, a oposição direta às teses dos reformadores (frequentemente citadas em frases isoladas do contexto) configurava o "catolicismo" e lhe conferia um endurecimento confessional.

O segundo documento, O dom da Autoridade, apresentado às Igrejas, para um estudo, que deverá provocar desafios, sobre a maneira como a autoridade é exercida nelas, é assinado pelo Bispo anglicano de Birmingham, e pelo Bispo católico de Arundel e Brighton, co-presidentes da ARCIC. É o último fruto do diálogo oficial internacional, que teve origem na visita histórica, em 1966, do então Arcebispo de Canterbury, Dr. Michael Ramsey, a Paulo VI em Roma. O documento aumenta as esperanças de chegar a um acordo sobre a maneira de exercer a autoridade.

O comentário do teólogo W. Henn, OFM cap., publicado junto com O Dom da Autoridade, para ajudar os católicos à sua interpretação, se refere a esse documento e ao acordo sobre a justificação com estas significativas palavras: "Embora esses documentos difiram quanto ao processo que levou à sua elaboração e às doutrinas específicas consideradas, as duas questões e os dois acordos não são independentes. Ambos se referem à cura e à elevação da natureza pela graça redentora de Cristo. A Declaração sobre a Justificação aborda o modo como isso ocorre na vida da pessoa redimida. O Dom da Autoridade, por sua vez, contempla o efeito da graça na comunidade toda que é a Igreja, local e universal. Poderíamos fazer uma profecia segura de que o impacto desses acordos atingirá mais do que as relações entre a Igreja Católica Romana e as comunidades Luterana e Anglicana. O Texto da Justificação poderia favorecer o diálogo Católico com muitas outras comunidades da Reforma. O texto da Autoridade pode fazer o

mesmo, e também contribuir para a consideração comum sobre a primazia, que continuará a ser de grande interesse no tratamento das cisões entre as Igrejas Católica e Ortodoxa”.

*Diante dessas esperançosas palavras, cabe perguntar-se: o impacto a que o autor se refere, certamente grande nos meios empenhados no diálogo ecumênico, atingirá a generalidade do povo cristão? O acordo sobre a justificação por graça e fé se traduzirá em práticas pastorais que aproximem realmente os fiéis das diversas Igrejas cristãs, de forma que resplandeça a unidade da fé comum na diversidade reconciliada das confissões? A compreensão aprofundada do Ministério, apresentada no Dom da Autoridade, será capaz de mudar mentalidades, forjadas e recalçadas durante séculos? O ministério da unidade do Bispo de Roma, reconfigurado, evidentemente, e libertado de tudo aquilo que, acrescentado a ele por circunstâncias históricas, sociológicas e políticas, o torna um obstáculo para a união das Igrejas, poderá voltar a ser aceito pelas Igrejas como sinal de unidade? Poderá ele “sem renunciar de modo algum ao que é essencial da sua missão, abrir-se a uma situação nova”, como se expressa João Paulo II na encíclica *Ut unum sint*?*

O contraste entre o avanço do diálogo ecumênico realizado nos grupos teológicos mencionados (paralelo ao realizado em comunidades como Taizé e outras que nasceram, tanto no ambiente protestante como no católico, com o intuito de fazer da conversão monástica fermento da conversão ecumênica das Igrejas) e a caminhada do conjunto do povo cristão suscita interrogações pastorais e teológicas.

Não será urgente retomar com mais insistência o impulso que o Vaticano II deu ao movimento ecumênico? Esta pergunta não equivale a interrogar-se sobre a necessidade de retomar em todos os níveis da Pastoral a própria renovação conciliar, tantas vezes recomendada pelos últimos Papas? Não se perdeu esta Renovação, que queria chegar aos níveis mais profundos da identidade cristã e eclesial, pelos caminhos de adaptações superficiais, de “modernização” de certas práticas litúrgico-pastorais, sem a coragem de atingir o âmago das questões eclesiais levantadas pelo Concílio?

Se, no Sínodo extraordinário de 1985, os Bispos confessavam ter sido “muito tímidos na aplicação da verdadeira doutrina do Concílio” (Relação final, n. 4) e postulavam uma aceitação mais profunda do mesmo, talvez isto seja hoje mais urgente. À medida em que as novas gerações se encontram mais distanciadas da experiência viva daquele evento eclesial renovador, fica mais difícil captar-lhe a significação. Por outro lado, perante a multiplicação de grupos evangélicos independentes que pretendem resolver as necessidades imediatas do povo oferecendo, em nome de Jesus, curas e prosperidade, em situações

onde a carência de meios dignos para cuidar da saúde e saciar a fome estão muito longe das possibilidades reais, é fácil deixar-se seduzir pela tentação de acudir a formas de catolicismo que respondam a essas mesmas necessidades da religiosidade popular, com o intuito de atrair de volta os fiéis seduzidos pelas promessas desses grupos “evangélicos”.

Naquele Sínodo, os Bispos afirmam também que “no tempo pós-conciliar verificaram-se sombras, devido em parte a uma não plena compreensão e aplicação do Concílio, em parte a outras causas”, mas que “de nenhum modo, se pode afirmar que tudo quanto ocorreu depois do Concílio foi causado pelo Concílio”. É oportuno recordar isto para não cair em análises superficiais do complexo fenômeno da multiplicação de grupos religiosos independentes, ou da aceitação fácil e oportunista de formas religiosas justamente criticadas pelo Concílio.

O Concílio abriu esperanças ecumênicas porque procurava uma resposta a questões eclesiais que dividiram os cristãos por mais de quatro séculos. Foi tendo em mente essa velha ferida, aberta e ulcerada por séculos de incompreensão, que a eclesiologia do Concílio foi elaborada, se não em diálogo pleno com os irmãos separados, ao menos em face de sua “observação” atenta e esperançosa na aula conciliar (e não é a mesma coisa falar a alguém que falar de alguém!) e inclusive com possibilidade indireta de intervenção deles no diálogo, através de propostas ao Secretariado do Concílio para melhorar textos em elaboração.

A multiplicação das “seitas” (que preferimos chamar de grupos cristãos independentes) preocupa a muitos dos responsáveis das Igrejas históricas. Entretanto, não se deve entrar em concorrência com esses grupos (o qual tornaria as Igrejas igualmente sectárias), mas considerar, como fez o Concílio, as causas profundas que estão na origem da divisão da Igreja e da conseqüente multiplicação dos grupos cristãos. O diagnóstico e o remédio devem nascer da análise das causas profundas que estão na origem da divisão, num clima de verdadeiro diálogo, que não era possível no momento da discórdia, mas que séculos de oração e vivência de fé, à procura da conversão ao Cristo, podem tornar realidade pela graça divina.

Este caminho, seguido pacientemente pelos grupos que fizeram sua a paixão do Cristo pela unidade da sua Igreja, deve ser estendido às comunidades cristãs. A catequese, o anúncio do Evangelho, a liturgia, a formação dos pastores nos seminários ou escolas de teologia devem estar permeados pela abertura ao ecumenismo que, preparada por precursores suscitados pelo Espírito, se tornou o clima que envolveu a aula conciliar no Vaticano II.

O caminho exige, além de paixão pela unidade da Igreja de Jesus Cristo, abnegação, abertura ao Espírito, disposição a aprender da história e criatividade, porque mais de quatro séculos de afirmação apologética da própria confissão de fé, defronte às outras confissões, deixaram condicionamentos não fáceis de superar.

A chave que permitiu aos Padres Conciliares uma abertura crescente ao ecumenismo foi a chamada ecclesologia de comunhão. É dentro dessa nova forma de conceber a Igreja de Deus que podem ser abertos caminhos para reencontrar a unidade da Igreja de Jesus Cristo, que não será absorção de umas igrejas por outras, mas conversão de todas elas "à unidade que Cristo quer e pelos caminhos que ele quer", a unidade de uma legítima pluralidade de viver o Evangelho, reconciliada na confissão da mesma fé.